

## **A representação de Hugo Chávez no discurso da revista Veja: uma análise sócio-discursiva**

Cibelia Renata da Silva Pires<sup>i</sup>

### **Resumo:**

Este artigo, baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (Fairclough 2001, 2003 e V. Dijk 1997), investiga a maneira como o presidente ex-Hugo Chávez Frias e os venezuelanos foram representados no discurso da revista Veja. Para isto, utilizamos como base a reportagem “O Falastrão Caiu” e procedemos à análise sócio-discursiva com base em V. Leeuwen (1997). O resultado aponta para uma orientação ideológica da revista contrária a Chávez, cooperando para uma representação negativa do ex-presidente venezuelano.

**Palavras-chave:** Venezuela – atores sociais – ideologia

## **The representation of Hugo Chávez in the speech of the magazine Veja: a socio-discursive analysis**

### **Abstract:**

This paper, based upon Critical Discourse Analysis theoretical-methodological concepts (Fairclough 2001, 2003 e V. Dijk 1997), investigates how the president Hugo Chávez and venezuelans were represented in the speech of brazilian magazine VEJA. For this purpose, we use the news “O Falastrão caiu” and we shall proceed to the socio-discursive analysis based on V. Leeuwen. The result points to an ideological orientation of the anti-Chávez magazine, cooperating for a negative representation of the former Venezuelan president.

**Keywords:** Venezuela – social actors - ideology

### **1. Introdução**

Desde que venceu as eleições na Venezuela (1998) até a sua morte, o ex-presidente Hugo Chávez Frias ocupou, com frequência, as páginas de jornais e revistas não só em seu país como também no Brasil. Considerado hoje o país

com a maior reserva de petróleo do mundo, a Venezuela, país localizado na América do Sul, tem sido alvo de interesses estrangeiros que buscam novas fontes de exploração deste recurso cada vez mais escasso (SEVERO, 2012).

Durante a 2ª Guerra Mundial, mais de 60% do abastecimento do petróleo destinado às forças aliadas era proveniente da Venezuela. Após o conflito, a forte e crescente ligação com os Estados Unidos levou o país a ser o maior beneficiário latino-americano do Plano Marshall e, mesmo em períodos ditatoriais como em 1945, o governo venezuelano recuou em vários pontos da legislação petrolífera a fim de beneficiar o parceiro comercial (MARINGONI, 2004, p. 93-97).

Devido a essa importância do petróleo, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos já demonstravam descontentamento em relação à postura nacionalista de alguns governos, pois estes, em caso de uma guerra com a antiga União Soviética, poderiam aderir a ideias antiamericanas e sair da área de influência dos EUA, operando com um possível boicote no fornecimento de recursos naturais. Neste período, o governo norte-americano não hesitou em interferir no processo político de outros países, desrespeitando a soberania dos Estados e o princípio de não intervenção (AYERBE, 2002, p. 82)

Recentemente, o mundo alcançou o chamado “peak oil” ou “pico de petróleo” que ocorre quando as descobertas de novas jazidas não mais acompanham a demanda internacional, o que pode provocar a eliminação definitiva do petróleo como matriz energética do mundo capitalista (ALVAREZ, 2014, p. 6). Esta ameaça, cada vez mais presente nos dias atuais, fez com que a Venezuela passasse a uma posição privilegiada no cenário geopolítico, aumentando seu poder de negociação no cenário internacional.

O petróleo não é considerado apenas uma *commodity*, mas está ligado à segurança nacional e, como recurso estratégico decisivo, é determinante do poder internacional, conforme explica Fuser (2008, pag 40): “A dimensão política do petróleo é decisiva. O petróleo contribui para determinar a hierarquia no cenário internacional.” Por isso, os EUA mobilizam recursos políticos e militares do país para garantir fontes seguras de petróleo no exterior.

O ex-presidente Chávez, desde que foi eleito, em 1998, sempre apresentou uma retórica em defesa desse recurso, controlando não só os preços e o modo de exportação, como também mudando o quadro dirigente da estatal petrolífera PDVSA, que vinha, com uma grande autonomia, sendo dirigida por uma elite política há muitos anos. Essas ações afetaram os interesses de muitos países, principalmente dos EUA, que tinham a Venezuela como uma das principais fontes para importação de petróleo.

A ascensão de Hugo Chávez à presidência fez com que a Venezuela entrasse em um processo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Com base no que ele chamou de socialismo do século XXI, o governo bolivariano ganhou projeção internacional devido às diversas mudanças que operou na política interna, bem como por ter mantido uma nova postura na política externa, que se caracterizou pelo não alinhamento com os EUA.

Chávez aderiu aos projetos de integração regional (UNASUL, ALBA e MERCOSUL) como alternativa ao alinhamento estadunidense, implementou reformas de caráter nacional-desenvolvimentista, afastou-se do modelo econômico liberal e, com as rendas provenientes do aumento do preço do petróleo, investiu em projetos sociais, além de criar uma área de influência própria na América Latina.

O afastamento do modelo econômico liberal, a contínua contestação em relação à liderança global norte-americana e o discurso de caráter nacionalista abriram caminho para a intensa rivalidade entre a Venezuela e os EUA. Esse antagonismo se manteve presente durante todo o mandato de Hugo Chávez e continuou mesmo após sua morte.

Não demorou muito para que o ex-presidente enfrentasse uma oposição dentro de seu país. A partir desse momento, todos os setores que se sentiram prejudicados com o modo como Hugo Chávez vinha conduzindo a política de seu país se uniram em diversas ações para tentar destituí-lo do poder. Logo nos primeiros anos de seu governo, grande parte dos meios de comunicação internacionais travou uma luta contra a sua imagem e seu governo. Seu discurso anti-imperialista, com ênfase nacionalista, não era visto com bons olhos pela elite

econômica local, pelos EUA e pelos grandes veículos de comunicação, principalmente por ter sido uma região marcada por ditaduras militares.

Em 2002, os empresários, a elite econômica do país e o alto escalão do exército venezuelano, com apoio do governo norte-americano e da mídia venezuelana, destituíram Hugo Chávez Frias da presidência da Venezuela, por meio de um golpe de Estado, elegendo o dirigente empresarial Pedro Carmona como presidente interino. Reconduzido ao poder em apenas 24 horas depois do golpe orquestrado contra ele, Chávez governou o país até 2013 quando morreu em decorrência de um câncer.

Reeleito cinco vezes em um país onde o voto não é obrigatório, Chávez construiu uma trajetória política específica que o diferenciou dos demais líderes latino-americanos. Com seu discurso contrário às políticas neoliberais propostas por Washington, além de uma aproximação com a figura de Fidel Castro, gerou posicionamentos a favor e contra seu governo dentro do seu próprio país.

A implementação da Nova Constituição, em 1999, a nacionalização de empresas privadas, a ampliação do poder do Estado na economia, a orientação de recursos advindos da PDVSA para programas sociais, e o foco na viabilização de projetos de integração na América Latina, em oposição ao modelo liberal de globalização, foram motivos de muitas críticas ao seu governo, principalmente por parte dos EUA que o acusavam de autoritário e ditador.

O objetivo deste artigo é mostrar como o ex-presidente Hugo Chávez e sua política interna têm sido retratados pela grande mídia brasileira, discutindo especificamente o caráter ideológico no discurso da revista *Veja*. Para isso utilizaremos os princípios teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (Fairclough 2001, 2003 e V. DIJK 1997) e iremos proceder à análise socio-discursiva com base nas categorias de V.Leeuwen (1997) para representação de atores sociais, a fim de demonstrar como foi construída uma identidade social negativa do então presidente, através dos sentidos veiculados pela grande mídia brasileira.

## **2. Definindo o que é noticiável**

A população, de forma geral, depende dos noticiários da mídia para se informar sobre os acontecimentos de seu próprio país e do resto do mundo. Por causa dessa necessidade, os meios de comunicação exercem uma poderosa influência em nossas percepções ao orientar sobre quais acontecimentos devam ser considerados importantes e como devem ser representados, moldando assim nossa compreensão e nosso julgamento sobre determinados assuntos.

No Brasil, apenas onze famílias controlam a maior parte da informação que circula no país e decidem que tipo de informação os brasileiros devem ou não receber, baseando-se em alguns critérios subjetivos como relevância jornalística ou interesse do público consumidor (CHAUÍ, 2006b). O problema é que, além de restringir a representatividade da população através da pluralidade de informação, nem sempre o critério de prioridade das notícias é jornalístico, antes segue uma lógica de caráter político-ideológico. De acordo com V. Dijk (1997):

As ideologias são modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando assim, indiretamente, as práticas sociais relativas ao grupo e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais de seus membros.

No entanto, ela pode servir de instrumento utilizado pelos dominantes para exercer um tipo de dominação, sem que esta seja percebida pelos dominados (Chauí, 2006a, p.79).

Como a maioria dos brasileiros tem os meios de comunicação de massa como principal fonte de informação para construir suas opiniões e valores, toda a sua visão de mundo passa pelo “filtro” dessas famílias. Pode-se dizer que a mídia hoje é o primeiro elemento ou fator de construção e criação de nossa subjetividade e de nossos valores, papel antes desempenhado pela família, igreja e escola.

Se a mídia, assim como as outras instituições, participa da construção de nossos valores através das informações diárias que veicula, podemos nos

questionar sobre os discursos por ela veiculados, bem como seu grau de engajamento de cunho político-ideológico.

### **3. A imprensa brasileira e o discurso partidário**

Embora V. Dijk (1997) não postule a ideologia em termos de luta de classes, não há como negar seu uso por determinados setores da sociedade em seus discursos como a imprensa, por exemplo. Há muito tempo, os meios de comunicação no Brasil vem demonstrando uma parcialidade político-ideológica, basta lembrar o papel que desempenharam alguns veículos na manutenção e legitimação do regime militar de 64, motivados não apenas por pressões internas, como também por pressões do governo norte-americano e de grandes corporações transnacionais (LARANGEIRA, 2014, p. 27).

Os Estados Unidos não só apoiaram como financiaram diversos golpes militares na América Latina, principalmente quando havia algum governo que representasse qualquer ameaça à política externa norte-americana e /ou aos interesses econômicos de suas multinacionais. O controle ideológico, político e econômico era fundamental para que os EUA continuassem exercendo sua hegemonia por todo continente americano. Desde esse período, a imprensa brasileira exerceu o seu papel partidário dos grupos econômicos afinados à interlocução com o capital internacional.

Segundo Ramonet (2012, p. 56), à medida que se acelerava a globalização neoliberal, o conteúdo e a função de “quarto poder” foram se esvaziando e perdendo sua incumbência no exercício de contrapoder. E por terem abandonado sua função de quarto poder, passando a se comportar como partidos políticos ao defenderem os interesses de uma classe, Ramonet (idem, p, 62) os denominou “aparelhos ideológicos da globalização”.

No caso da Venezuela, desde a eleição do ex-presidente Hugo Chávez Frias, os Estados Unidos sempre fizeram oposição acirrada a seu governo, utilizando não apenas os veículos de comunicação norte-americanos como também a mídia Venezuela para reverberar as vozes de oposição.

Em relação ao Brasil, a influência norte-americana no jornalismo brasileiro é uma consequência da evolução do capitalismo brasileiro e da maneira como

ele se encaixa no sistema capitalista internacional. No entanto, esta influência não se dá de maneira absoluta, uma vez que os dois países apresentam diferenças culturais, políticas, econômicas e históricas. Estas diferenças modificaram o caráter original de certas noções e conceitos trazidos de lá e adaptados aqui.

O jornalismo brasileiro aceita o modelo americano de jornalismo como hegemônico. Mas isso não significa ser a ele submisso, dependente ou mero reprodutor de valores e conceitos alheios. Ele goza de relativa autonomia, reinterpreta o que absorve, incorpora suas próprias idéias, junta aspectos de outras escolas (a francesa, a britânica e a ibérica em particular) para formar um jornalismo com características peculiares, mas ainda assim dentro da hegemonia ideológica do jornalismo americano (SILVA, 1991, p. 36)

Como já foi dito anteriormente, a política econômica de Chávez em relação ao caráter público da PDVSA (controle de preços do petróleo e direção da estatal), bem como a política de reforma agrária do país e o processo de nacionalização de empresas multinacionais americanas não eram mudanças vistas com bons olhos pelos Estados Unidos. No Brasil, a grande imprensa, de certa forma, fez eco a esses discursos, representando de maneira negativa o presidente venezuelano e a sua política econômica.

Embora seja visível a parcialidade com que os veículos de comunicação abordam determinados temas, a imprensa ainda afirma cumprir o seu papel de “dizer a verdade” amparada nas normas de objetividade e imparcialidade, atuando como mediador social. Este conceito de objetividade é apropriado pelas empresas jornalísticas e se tornou sinônimo de profissionalismo, reduzindo o jornalismo a um conjunto de técnicas e ocultando “o caráter político e a trama de interesses na qual esta atividade se exerce” (MORETZSOHN, 2002, p. 56).

#### **4. A Construção da notícia**

Assim como a notícia, a reportagem é um gênero discursivo associado à atividade jornalística, e tem por objetivo fornecer informações mais aprofundadas sobre determinado tópico. De acordo com o Manual de Redação da Folha de S. Paulo (200, p. 24)

Reportagem tem por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisas sobre os fatos, personagens, idéias e produtos relevantes. Para tanto, elas se valem de ganchos oriundos da realidade, acrescidos de uma hipótese de trabalho e de investigação jornalística.

A objetividade, tão procurada pelos jornalistas, é utilizada como estratégia de construção do discurso para produzir, através do aparente distanciamento do jornalista, um efeito de realidade que confere maior credibilidade ao discurso. Todavia, conforme demonstra Hernandez (2006, p. 30):

A primeira ingenuidade que a análise dos noticiários elimina é a de que a ideologia se encontra apenas na parte dos editoriais. A segunda é a possibilidade de um jornalismo 'isento'. (...) A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar 'apagar' o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que notícia.

Para atrair e prender a atenção de seu público, os meios de comunicação devem apresentar informações de modo que elas se pareçam inéditas e tenham efeito de atualidade. A importância de uma notícia está no seu potencial de despertar e manter a atenção do público, além de fidelizá-lo através de um consumo contínuo, o que garante o sustento financeiro das empresas de comunicação.

Hernandez (2006, p. 10) sugere que os meios de comunicação se utilizam de determinados efeitos de sentido com o propósito de "manterem cativo" o público alvo e, conseqüentemente, produzirem um aumento de audiência (no caso dos telejornais), ou tiragem (no caso de jornais e revistas impressos). Segundo o pesquisador, os jornais e revistas dependem da tiragem ou audiência para o exercício do seu poder como ator social, e a fidelização do seu público, através de certos aspectos técnicos utilizados para "gerenciar o nível de atenção", sem os quais estes veículos não conseguiriam legitimar sua atuação na sociedade.

No entanto, este artigo parte de uma outra proposta que não necessariamente nega o interesse por manter uma audiência, mas postula que determinadas estratégias estão mais ligadas ao fato de o jornal ter como objetivo precípua transmitir um determinado discurso, a fim de legitimar o seu recorte da

realidade ao mesmo tempo em que expõe e defende um conjunto de valores que se coaduna com seus interesses políticos.

Hernandes (idem, p. 23) observa que a notícia já corresponde a um recorte específico da realidade e demonstra que o fato, considerado por muitos teóricos da comunicação como sinônimo da realidade, nada mais é do que a seleção que um determinado jornal (ou revista) faz de um acontecimento entre tantos outros, motivado por um viés ideológico, o que nos leva a entender que “selecionar um fato aponta a existência de uma visão de mundo”.

## **5. A Análise Crítica do Discurso (ACD) e a representação dos atores sociais**

A Análise Crítica do Discurso (ACD), doravante ACD, surgiu em 1985, em um artigo escrito pelo linguista Norman Fairclough da Universidade de Lancaster. Abordagem teórica filiada à Linguística Crítica (LC), consolidou-se como disciplina no início da década de 1990, com o lançamento da revista *Discourse na Society*, e mais especificamente durante um simpósio em Amsterdã, realizado em janeiro de 1991, no qual estavam presentes os linguistas Teun V. Dijk, Norman Fairclough, Theo V. Leeuwen, Gunther Kress e Ruth Wodak. Nesse evento, que representou um marco simbólico para os estudos críticos do discurso, os pesquisadores puderam discutir teorias e métodos de análise do discurso, confrontando as diversas abordagens e expondo similaridades dentro da perspectiva da ACD. A partir desse primeiro encontro, foi consolidada uma nova agenda de pesquisa e o grupo de pesquisadores se expandiu, disponibilizando novas ferramentas de estudo para analisar o discurso.

Desde o seu surgimento, os analistas críticos do discurso sempre demonstraram preocupação com a relação dialética entre a estrutura social e o discurso, pois a capacidade linguística de produção de significado poderia ser um produto da estrutura social. Desse modo, da linguagem, reconhecida como uma prática social, emergem os processos ideológicos que regulam relações de poder e dominação.

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática e a estrutura social: a última é um tanto condição como efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O discurso, por manter uma relação dialética com a estrutura social, reflete as relações de poder. No entanto, essas relações assimétricas não ocorrem de modo transparente, antes o controle e poder exercido por um grupo hegemônico é conduzido no discurso de forma não explícita, levando as pessoas a agirem de forma consensual, sem que elas percebam.

Segundo Fairclough (2001), a linguagem é vista como uma prática social, e o discurso é o modo de ação através do qual as pessoas podem agir sobre o mundo. Como prática social, o discurso dialeticamente se relaciona com a estrutura social, uma vez que a organiza e por sua vez é condicionado por ela.

A partir da preocupação com a questão social inerente à própria constituição do discurso, os analistas críticos irão debruçar-se sobre três aspectos tipos como fundamentais para uma abordagem crítica: os conceitos de história, poder e ideologia. De posse destes três conceitos e, apesar de a ACD apontar para uma abordagem que possibilita o estudo de todo tipo de discurso, esse enfoque se direcionará à questões pontuais, mas não menos importantes, como aquelas relativas ao gênero social, ao racismo, às dimensões da identidade e aos discursos da mídia.

Deste modo, podemos perceber que o papel da ACD é justamente o de revelar os indícios de relação de poder que estão presentes no discurso. A partir de então, serão criadas as condições que levam à reflexão e à conscientização para que assim possam ocorrer mudanças sociais de atitudes muitas vezes cristalizadas na sociedade.

A ACD baseia-se no paradigma funcionalista dos estudos linguísticos, mais especificamente na Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday. Esta investiga as relações entre funções e sistema interno das línguas, além de

observar as relações entre organização do sistema linguístico e as funções sociais da linguagem.

Fairclough (2003) propõe três tipos de significado, que carregam a noção de multifuncionalidade da LSF. São eles: significado acional, significado identificacional e significado representacional. Neste texto, escolhemos a categoria analítica intertextualidade, que faz parte do significado acional, e a categoria analítica representação de atores sociais que, além de fazer parte do significado representacional, foi amplamente discutida por Van Leeuwen (1997).

As maneiras como os atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Determinados atores, por exemplo, podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados, ou ainda podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Por isso, a análise de tais representações pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos e interações. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 72)

Segundo Van Leeuwen (1997), os atores sociais podem ser representados por categorias sociossemânticas, que estão ligadas a representações linguísticas específicas. Neste estudo, selecionamos apenas algumas destas categorias como: personalização por nomeação, categorização por funcionalização e coletivização.

## **6. Análise da reportagem: “O Falastrão caiu”**

Como já foi referido anteriormente, em 2002, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frias, foi destituído do seu cargo, após um movimento encabeçado pela elite econômica do país, o alto comando das forças armadas e com amplo apoio das principais emissoras de TV do país (ROVAI, 2007). A reportagem “O Falastrão caiu” procura retratar este momento, dando um suposto panorama sobre os principais motivos que levaram à queda de Hugo Chávez, bem como retratar a situação posterior. Procuramos, então, mostrar como este processo foi representado.

Segundo o dicionário Michaelis, o termo falastrão significa “grande falador”, ou aquele que fala muito e comete muitas indiscrições, tornando-se inconveniente. Logo pela manchete, que tem por objetivo chamar a atenção do

leitor, percebemos uma certa orientação ideológica, categorizando o presidente por uma suposta função de ser falastrão.

Em geral, o gênero reportagem engloba muitas vozes das partes envolvidas no evento noticioso. No entanto, nesta reportagem, podemos observar que apenas algumas vozes são enfatizadas, outras sequer aparecem: as pessoas favoráveis ao governo, os membros da base governista e, até mesmo, o presidente tiveram sua voz suprimida do contexto da notícia. A supressão bloqueia o acesso a informações consideradas importantes e fundamentais para a compreensão da mensagem. Segundo Leeuwen (1997, p.180), “as representações incluem ou excluem atores sociais para servir os interesses e propósitos em relação aos leitores a que se dirigem.”

As únicas vozes de referência, em discurso direto, são as vozes de quem se opõe ao governo de Hugo Chávez: um trecho seria da fala de um jornalista de uma “respeitada revista americana”, e outro trecho é uma afirmação de um cientista político, ou seja, duas pessoas que possuem um poder simbólico<sup>1</sup> e que, portanto, tem autoridade para emitir um “parecer” a respeito da situação política do país:

I) Discurso direto

1. “O país está a venda, os empresários precisavam urgentemente de parceiros estrangeiros para se tornar competitivos. E o que aconteceu? Ninguém queria colocar seu dinheiro na terra de Chávez”, disse à Veja o editor da respeitada revista americana Foreign Policy, o venezuelano Moisés Naím. (Veja, 2012,p.45)

2. “Houve uma crescente repulsa pelo estilo autoritário e marxista do presidente. Tanto a sociedade quanto o Exército achavam que Chávez foi longe demais e não o respeitavam.”, afirma o cientista político Carlos Romero, da Universidade Central da Venezuela. (Veja, 2012,p.45)

As diversas maneiras como os atores sociais são representados no texto indicam posicionamento ideológico em relação a eles, bem como um julgamento

---

<sup>1</sup> Van Dijk (2008, p. 23)

sobre todas as suas atividades. Van Leeuwen (1997) propôs algumas formas em que os atores sociais podem ser representados, incluídos ou excluídos do discurso.

Em relação à inclusão, esta pode ser feita através da funcionalização (os atores são referidos em termos da atividade que exercem), e por assimilação por coletivização, conforme será demonstrado a seguir:

## II) Funcionalização

O ator social e alvo das críticas, o ex-presidente Hugo Chávez é, na maioria das vezes, representado por funcionalização. Este tipo de representação enfatiza a agência do ator social em relação ao exercício do cargo ou função que exerce. No caso analisado, Hugo Chávez é representado por funcionalização quando o resultado de suas ações é negativo, o que nos levaria a deduzir que ele não estaria exercendo a sua função de maneira adequada ou responsável.

3. “O país vivia aos sobressaltos por causa do comportamento imprevisível do **presidente** Chávez” (Veja, 2012,p.44)

4. “A inflação, somada à estagnação econômica, tirou do **presidente** o seu apoio mais fiel, o da classe baixa.” (Veja, 2012, p.45)

5. “O **presidente** tentou seu último golpe de efeito: aumentou o salário mínimo, de 190 para 230 dólares.” (Veja, 2012, p.44)

Em outro trecho, Hugo Chávez é representado pela antiga função de tenente-coronel, que exercia antes de chegar à presidência, e acusado de dar abrigo a guerrilheiros colombianos, o que o colocaria como alguém conivente com crimes cometidos em outros países:

6. “Era repetidamente acusado pelas autoridades da Colômbia de dar abrigo a guerrilheiros colombianos, e até Vladimiro Montesinos, o chefe do esquema corrupto de Alberto Fujimori, esteve foragido em Caracas, provavelmente com autorização do **coronel**.” (Veja, 2012, p.45)

Neste trecho, o termo ‘coronel’ denota um certo autoritarismo, deslegitimando formas democráticas de governo. Não é por acaso que no

mesmo texto há uma referência à aproximação de Hugo Chávez com chefes de Estado considerados antidemocráticos: “Muito do clima de instabilidade se deve ao esquerdismo folclórico de Chávez. Adorava exibir sua amizade com Fidel Castro. Visitou os Aiatolás do Irã e até o ditador Iraquiano Saddam Hussein, com quem se sentia completamente à vontade” (Veja, 2012, p.45)

Apenas três atores sociais foram incluídos no discurso, por funcionalização, de forma positiva. Dois deles, em discurso direto, já foram mencionados, e o outro é Pedro Carmona Estanca, principal líder da oposição que ocupou o cargo de presidente após a deposição de Chávez.

7. “O principal organizador das greves gerais, o **presidente da Fedecámaras**, Pedro Carmona, de 61 anos, assumiu a Presidência no lugar de Chávez e prometeu convocar eleições em menos de um ano.” (Veja, 2012, p.44)

Pedro Carmona foi representado por uma funcionalização dupla como “principal organizador das greves gerais” (o que lhe confere não só legitimidade por ser a greve um direito do trabalhador, mas também como apoiador do ato em si) e “presidente da Fedecámaras”, que o coloca como representante de uma associação de empresários que é contrária à gestão atual. Sendo representante de duas classes: povo e empresários, Pedro Carmona ganha credibilidade e legitimidade para ocupar o cargo de presidente.

A população venezuelana também é representada no discurso, mas de um outro modo: inclusão por assimilação (coletivização). Esse recurso é utilizado quando se quer criar a ideia de um consenso coletivo.

### III) Assimilação por coletivização

A assimilação por coletivização ocorre quando os atores sociais são representados por meio de um substantivo ou pronome coletivo que denote um grupo. Exemplo: Classe (refere-se a alunos)

8. “**Multidões** nas ruas e rebelião militar tiram Hugo Chávez da Presidência da Venezuela.” (Veja, 2012, p.42)

9. “Na quinta-feira passada, uma **multidão** de 200.000 venezuelanos, arregimentados por sindicatos de patrões e empregados, marchou para o palácio presidencial e foi recebida a bala por partidários do presidente. Morreram quinze **manifestantes** e 350 ficaram feridos.” (Veja, 2012, p.43)

10. “Os **venezuelanos** jamais perdoaram Chávez por ter criticado os ataques americanos no Afeganistão.” (Veja, 2012, p.44)

11. “Chávez é o terceiro presidente Sulamericano a ser corrido do palácio pelo **povo** nas ruas em apenas quatro meses.” (Veja, 2012, p.43)

## 7. Conclusão

Como toda reportagem, a matéria “O Falastrão caiu” tinha por objetivo explorar, de modo mais profundo, os vários aspectos associados a um determinado acontecimento. No caso desta matéria específica, o foco foi a deposição de Hugo Chávez da Presidência da Venezuela. No entanto, a revista Veja mostrou-se bastante parcial ao representar os diversos atores sociais de forma seletiva.

O discurso produzido coloca a revista no papel onisciente e tenta atenuar a forte carga opinativa com informações, estatísticas, argumentos de autoridade e episódios documentados, procurando obter a aquiescência do leitor ao que parece ser a única conclusão possível.

Na representação dos atores sociais envolvidos, a agência do ex-presidente Hugo Chávez para ações negativas sempre é enfatizada através da categorização por funcionalização, em que deixa sugerido que o presidente não cumpre com suas funções, conforme o esperado pela população que o elegeu.

Os venezuelanos, por sua vez, são representados por coletivização e sempre contrários às ações do presidente. Este tipo de estratégia criou um efeito de consenso de que a população da Venezuela é contra Chávez, o que é reforçado pela supressão de “vozes” favoráveis ao presidente e pela ênfase dada às declarações contrárias a ele.

O tom predominante na revista é sempre de sanção às ações de Hugo Chávez como presidente e, com tantas vozes contrárias à sua gestão,

praticamente se justifica a sua queda. Este posicionamento ideológico da revista pode ser explicado pela própria posição privilegiada que ela ocupa na sociedade e do poder exercido através do acesso a recursos sociais escassos como comunicação, informação, conhecimento e discursos (VAN DIJK, 2008, p. 117).

Graças ao acesso a formas específicas, no caso o discurso midiático, a revista *Veja* pode exercer seu poder de influência sobre as pessoas, controlando indiretamente suas ações e exercendo sua hegemonia social.

### **Bibliografia**

ALVAREZ, R. *Opep ajuda explicar ação golpista dos EUA na Venezuela*. 11/03/2014. Disponível em: <http://www.correiodadania.com.br>. Acesso em 06/06/2016

AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2ª. Edição. São Paulo: editora Brasiliense, 2006a. \_\_\_\_\_ . *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2006b.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001. \_\_\_\_\_ . *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FUSER, I. *Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

LARANJEIRA, A. N. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MANUAL DE REDAÇÃO; Folha de S. Paulo, 7ª. Edição. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARINGONI, G. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

RAMONET, I. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. Trad. Douglas Estevam. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RESENDE, V. M. ; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROVAI, R. *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SEVERO, Luciano W. *Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul*. Revista Orbis Latina , vol 2, N0 1, janeiro-dezembro de 2012, p. 112-115.

Disponível em:

[https://issuu.com/revistaorbislatinaorbislatina/docs/revista\\_orbis\\_latina\\_v2](https://issuu.com/revistaorbislatinaorbislatina/docs/revista_orbis_latina_v2).

Acessado em 21/08/2016.

SILVA, C. E. L. DA. *O Adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. 2ª. Edição. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

VAN DIJK, T. *Semântica do discurso e ideologia*. In: PEDRO, E.R. (org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 105-168.

\_\_\_\_\_. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, T. *A representação dos atores sociais*. In: PEDRO, E.R. (org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 169-222.

“O Falastrão caiu”. *Veja São Paulo*, 17 de abril de 2002, pg. 42-45.

---

<sup>i</sup> Mestre e doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela USP.